

PERCEPÇÕES DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA LITERATURA ACADÊMICA

Perceptions about the childhood and adolescence in the MST (Landless Workers Movement) in the academic literature

WOLLZ, Larissa Escarce Bento¹
STOTZ, Eduardo Navarro²
RANGEL, Mary³

RESUMO

Este artigo consiste numa revisão na literatura acadêmica relacionada ao campesinato e sobre as percepções de infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos seus sentidos sociais e culturais. Buscamos consubstanciar as conceituações de campesinato propostas por Marx e Chayanov, assim como os aspectos históricos e econômicos da questão agrária relacionadas à luta pela terra no Brasil. O estudo está dividido em cinco etapas: "Camponeses, cultura e transformação social"; "Alguns aspectos do pensamento de Marx e Chayanov"; "A questão agrária e o campesinato no Brasil"; "As lutas camponesas e uma breve contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra"; e "Percepções de Infância e Adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na literatura acadêmica". A partir dessa especificação do tema foi possível perceber o descompasso entre a sua relevância social e a escassez na produção acadêmica no campo da Saúde Coletiva e nas políticas públicas acerca do universo simbólico do campesinato constituído pelo MST desde o seu surgimento.

Palavras-chave: Infância; Adolescência; MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

ABSTRACT

This article consists of a review in the academic literature related to peasantry and about the perceptions on the childhood and adolescence in the Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST (Landless Workers Movement) and its social and cultural aspects. In this sense, we attempt to contextualize the concepts of peasantry as proposed by Marx and Chayanov, as well as the historical and economic aspects of the issues related to the fight for land in Brazil. From that specification of the theme, it was possible to perceive the gap between its social relevance and the scarcity of the academic production in the field of Collective Health Care and in the public policies around the symbolic universe of the peasantry constituted by MST since its appearance.

Keywords: Childhood; Adolescence; MST (Landless Workers Movement).

¹ Doutoranda em Ciências/Pesquisa sobre Informação e Educação em Saúde e Mestrado em Ciências/Psicanálise e Saúde do Adolescente, ambos pela UERJ; Psicóloga com Especialização em Adolescência e Saúde do Trabalhador. E-mail: <lwollz@yahoo.com.br>.

² Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Mestrado em História pela UFF, Pesquisador Titular e Professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Linha de Pesquisa Educação e Saúde com ênfase nos Estudos sobre Movimentos Sociais. E-mail: <eduardostotz@gmail.com>.

³ Pós-Doutorado em Psicologia Social pela PUCSP, Doutorado em Educação pela UFRJ, Professora Titular da Área de Ensino-Aprendizagem da UERJ/Mestrado e Doutorado em Ciências Médicas/Linha de Pesquisa sobre Informação e Educação em Saúde, Professora Titular de Didática da UFF/Mestrado e Doutorado em Educação/Linha de Pesquisa sobre Representações Sociais e Educação. E-mail: <mary.rangel@lasalle.org.br>.

Este artigo trata da compreensão acadêmica acerca da percepção da infância e da adolescência na literatura sobre os assentamentos e acampamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e dos seus sentidos (sociais e culturais) acerca do processo saúde e trabalho. Optamos, principalmente, pelo estudo sobre a infância e adolescência do meio rural, pois são conceitos repletos de conteúdos ideológicos, sociais e culturais, que têm potencial para desvelar questões importantes relacionadas às representações e práticas camponesas.

Este estudo está dividido em cinco etapas: “Camponeses, cultura e transformação social”; “Alguns aspectos do pensamento de Marx e Chayanov”; “A questão agrária e o campesinato no Brasil”; As lutas camponesas e uma breve contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”; e “Percepções de Infância e Adolescência no Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra na literatura acadêmica”.

CAMPONESES, CULTURA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Campesinato é um termo repleto de sentidos culturais, sociais e históricos. Entre as ideias e valores presentes no conceito estão as formas de organização da produção e modos de vida que visam garantir a sua reprodução social, não sendo apenas um setor específico da economia. Sua definição tem um peso que transcende a materialidade econômica da produção e da troca de mercadorias. A reflexão acerca do tema nos permite compreender os espaços da cultura e da superestrutura, com seu aparato jurídico, ideológico e moral (MOURA, 1988; STOTZ, 2008).

Entre os elementos comuns à cultura camponesa estão a centralidade do papel da família na organização da produção, as percepções de infância e de adolescência, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político, juntamente com o trabalho na terra (MARQUES, 2008; MOURA, 1988).

São muitas as definições possíveis para a palavra cultura. Pode ser entendida como: criação de uma ordem simbólica da lei, com interdições, obrigações e atribuições de valor às ações humanas; formas de autoridade; formas de relação com o poder; modos de dar sentido aos acontecimentos (estrutura simbólica); criação de uma ordem simbólica que “organiza” a sexualidade, os mecanismos da linguagem, a dimensão do trabalho, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível, dos símbolos que interpretam e dão sentido à realidade (CHAUÍ, 1999).

Em nosso trabalho, entendemos a cultura como ordem simbólica que varia de acordo com os diferentes processos históricos e a dinâmica social dos grupos, atribuindo sentidos a práticas, comportamentos, ações e instituições mediante as quais os homens criam rituais religiosos, modos de trabalho, tipos de habitação, utensílios, culinária, tecelagem, vestuário, dança, música, pintura, escultura, objetos cotidianos, etc.

Desse modo, a cultura do campesinato, remete a uma ordem simbólica construída historicamente e possui especificidades em sua inserção na lógica econômica de produção, observadas e sintetizadas por Moura (1988, p.8):

[...] há o fato de o camponês controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; há também o fato de o camponês ser o pomo da discórdia sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; há ainda o fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto no mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas; resta assinalar o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando a sociedade abrangente que o contém e circunda.

Outra questão apontada por Stotz (2008) são os preconceitos relacionados aos estereótipos sociais relacionados ao campesinato, presentes tanto no imaginário do senso comum como nas instituições acadêmicas, inclusive na área de Saúde Pública. É comum a representação desse grupo social como um grupo que mantém e expressa modos de vida tradicionais, opostos à “modernização” ou que se caracterizam pela falta de escolarização, ignorância e superstição.

Os preconceitos se desvelam também nas análises relacionadas às perspectivas e ações políticas atribuídas ao camponês. Moura (1988, p.52) destaca que

[...] a minoridade conferida à ação política do camponês está presente em diversas tendências de interpretação do meio rural brasileiro. [...] que julgam o camponês um indivíduo preso a ficções alienantes, cabendo aos ativistas a tarefa magistral de 'ensiná-lo'.

Apontaremos, mais adiante, a relevância do papel econômico e político do camponês na história do Brasil e da repercussão desses preconceitos relatados por crianças do meio rural no ambiente escolar.

ALGUNS ASPECTOS DO PENSAMENTO DE CHAYANOV E MARX

Entre os pensadores clássicos que traçam análises e formulações teóricas a respeito do camponês e do campesinato, optamos por trabalhar com Karl Marx (1818-1883), que no conjunto da sua obra traz contribuições teórico-metodológicas como o materialismo histórico e dialético, o modo de produção capitalista e produção mercantil simples, as implicações sociais e ambientais da agricultura capitalista, a teoria da ideologia, alienação, mais-valia e luta de classes (MARX, 1989). E com o economista russo A. V. Chayanov (1888-1939), que trata da economia camponesa no âmbito das unidades de produção familiares, por um cálculo econômico específico, diferente do econômico capitalista.

Os pensadores apresentam duas vertentes interpretativas sobre a especificidade do campesinato na sociedade moderna: Marx discute a subordinação e Chayanov, a autonomia do camponês nesse modo de produção capitalista (CARDOSO, 2004; MOURA, 1988; PONTES, 2005; STOTZ, 2008).

Para Marx a economia camponesa é um modo de produção secundário ou modo de produção do pequeno camponês – uma das modalidades da produção mercantil simples que, não sendo modo de produção dominante, pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção, mas historicamente subordinado a diversos modos de produção dominantes (CARDOSO, 2004).

Para Chayanov, o cálculo econômico camponês se conjuga numa combinação particular e se diferencia do cálculo econômico capitalista. Neste último “as categorias preço, capital, salário, juro e renda determinam-se mutuamente e são funcionalmente interdependentes”. Quando há a retirada de uma dessas categorias, o sistema se desagrega. Portanto, o cálculo econômico camponês o insere logicamente na economia não capitalista, pois é uma economia na qual está ausente a categoria lucro e salário. A economia camponesa é uma economia familiar (MOURA, 1988, p.63).

Chayanov considera que cada modo de produção necessita de teorias regionais diferentes e que o trabalho da família é a única condição possível para o camponês obter recursos (sem o salário também há a ausência do cálculo capitalista do lucro). A questão seria determinar quais mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica (PONTES, 2005).

Em consonância com Moura (1988, p.62), consideramos a possibilidade do capitalismo coexistir e subordinar a economia camponesa. Mesmo porque o modo de produção é um conceito que

[...] só se aplica ao cálculo econômico dominante e não ao subordinado. Neste sentido, à economia camponesa faltaria um ingrediente crucial para sua conceituação como um modo de produção próprio, justamente o de dominar e, por isso, subordinar.

A partir das idéias de Chayanov, de Marx e de autores afins, aqui brevemente explanadas, podemos afirmar que, na economia camponesa típica, há o uso da força de trabalho familiar como fonte de renda ou excedente.

A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO NO BRASIL

No Brasil as questões que envolvem o campesinato se inscrevem nos processos sociais e políticos em territórios de extrema desigualdade social em torno da luta pela terra e reforma agrária, posicionando-se contra o latifúndio situado no centro do poder político e econômico da sociedade (MARQUES, 2008).

Desde muito antes da moderna concentração de capital, o país enfrenta interesses de diversas ordens relacionadas à produção no campo, conforme afirma Kulesza (2008, p.298):

[...] a terra se manteve sob o controle de poucos, aqueles apropriadamente chamados de latifundiários. Os que trabalhavam na terra, como moradores ou assalariados, geravam alimentos para a reprodução social e/ou produtos para exportação. Entre esses dois extremos estabelecia-se uma extensa gama de relações sociais que, por sua vez, determinava o vínculo do trabalhador com a terra. [...] Essa concentração fundiária desencadeou um processo violento de expropriação pelo qual se procurava garantir a propriedade da terra a qualquer custo – não somente aquela destinada ao cultivo, pois, mesmo improdutivo, a terra constituía uma substancial reserva de valor para o latifundiário.

Desde a sua origem, a formação econômica do Brasil é marcada pela concentração da propriedade privada, pela exploração e/ou produção de matérias-primas voltadas para exportação, pela concentração de renda e pelo pouco (ou nenhum) investimento na mão de obra disponível. Segundo Caio Prado Jr., na sua obra clássica *História Econômica do Brasil*, cuja primeira edição é de 1945 (1977, 20ª edição), desde o descobrimento até o Século XX, do ponto de vista da estrutura econômica, o Brasil não se diferencia

muito do que fora nos séculos anteriores. Temos uma estrutura econômica voltada para a exportação, uma monocultura extensiva, baseada no trabalho escravo, com fraca industrialização, dependência da metrópole, pouca autonomia, disparidades regionais, mão de obra com pouca ou nenhuma qualificação e um quadro de subdesenvolvimento técnico. Se olharmos atentamente para o presente, podemos perceber que, se o trabalho escravo foi substituído pelo livre, o país continua um exportador de matérias-primas “*commodities*”, dependente do mercado externo, sem autonomia financeira e poucos investimentos na Educação Básica e na qualificação da mão de obra do campo.

Stotz (2007) assinala que a política agrícola no Brasil contemporâneo tomou dois caminhos distintos: em primeiro plano, priorizou a moderna agricultura de exportação, o chamado agronegócio e, em segundo plano, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender o mercado interno, direcionado à nova “agricultura familiar”. Esse último apenas contempla os pequenos agricultores integrados no mercado capitalista, deixando à margem dessa política os milhões de camponeses que nem sequer foram contemplados com a nova Lei 11.322/06, que criou a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (STOTZ, 2008).

Corroboram com a afirmação sobre a urgência da reforma agrária os recentes dados do Instituto Socioeconômico (Inesc): enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 2,36% do total de terras e representam quase metade (47,86%) dos estabelecimentos rurais, os latifúndios, com mais de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras, situação com poucos similares no mundo (CARTA CAPITAL, 2011).

Outra questão que nos interessa se refere aos altos índices de pobreza das populações que vivem no campo e seu impacto à saúde coletiva. Um em cada quatro brasileiros que vivem no campo está em situação de extrema pobreza e a maioria são crianças e adolescentes, segundo dados do Censo 2010. De um total de quase 30 milhões de pessoas no meio rural, 25% dos moradores possuem renda mensal abaixo da linha da miséria, de R\$ 70 per capita por domicílio. A taxa é de 5% nas cidades que, em números absolutos, possuem a maioria dos miseráveis (IBGE, 2010).

Vale destacar que é consenso entre os principais especialistas de diferentes Universidades do país que a insuficiência de terra está relacionada diretamente com a situação de pobreza, muitas vezes absoluta, vivida pelas populações do campo. Na reportagem apresentada na revista *Carta Capital* (2011), diversos especialistas e estudiosos da área foram enfáticos em afirmar que o acesso à terra tem impactos positivos sobre o combate à pobreza, não só porque as famílias passam a produzir para consumo próprio e venda, mas porque se seguem outras políticas de acesso, como a educação, saúde, etc. Essas questões relacionam-se diretamente com o projeto de sociedade com vistas à redução dos altos índices de desigualdade social presentes no país.

Portanto, é imprescindível acrescentar a essa reflexão a crítica sobre as implicações das políticas econômicas vigentes; relacioná-las aos aspectos

que concernem à saúde coletiva e ao ambiente; ao fomento à política de desenvolvimento agrário que retome a reforma agrária pela via da participação do trabalhador rural. Dessa maneira será possível garantir aumento da produtividade e sustentação da produção e da comercialização e institucionalizar um outro tipo de mercado (STOTZ, 2007).

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MST

Diante da complexa questão agrária na política brasileira, em que sua relevância social não se traduz como tópico prioritário da agenda pública, há um relevante percurso de lutas camponesas que denunciaram problemas sociais advindos da grande concentração de terra, mas têm sido frequentemente ignoradas.

No Brasil contemporâneo podemos destacar a trajetória do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), considerado como o mais importante movimento social e político do país. Envolve cerca de meio milhão de famílias entre assentamentos conquistados e acampamentos em luta pela terra, num país onde, contraditoriamente, 3% da população detêm a posse de 2/3 das terras agriculturáveis e cerca de 70% dos alimentos para consumo interno são produzidos pelos pequenos agricultores (KULESZA, 2008).

O MST foi fundado em 1984 por representantes dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações. Surgiu a partir da luta histórica e estrutural relacionada à questão agrária no país. Para Antunes (2009), a importância e o peso do MST decorrem do modo como direcionam suas ações para os trabalhadores do campo; incorporam os trabalhadores da cidade; formam militantes dentro de um ideário e da práxis de inspiração marxista e, com isso, trazem dinâmica, vitalidade e movimento para trabalhadores que vislumbram uma vida cotidiana dotada de sentidos.

Como movimento sociopolítico, as bases de atuação do MST se constituem a partir do questionamento da ordem política hegemônica, que reproduz a desigualdade gerada pelo desenvolvimento capitalista no país. Busca também uma inserção no mundo produtivo e do trabalho por meio de ações que possibilitem, a partir dos assentamentos, a formação de cooperativas, o incentivo à produção de agricultura familiar e o fortalecimento de pequenos núcleos de produção agrícola, sempre de modo autossustentável. Para tal, torna-se necessária a criação de condições de inserção na lógica da produção com o devido acesso aos meios de produção, tais como máquinas, equipamentos, condições de financiamento da produção, sementes, insumos básicos, tecnologias disponíveis, etc.

Através de uma agricultura de base familiar, seu objetivo é desenvolver nos assentamentos um modelo de produção de caráter cooperativo e agroecológico, garantindo a subsistência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, tentando construir um modo alternativo de produção. Nessa direção, a luta do MST adquire um significado construtivo para toda a sociedade, já que propõe uma alternativa ecológica para a organização da produção agropecuária e uma proposta de atuação educacional que envolve crianças, jovens e adultos, ancorada à realidade e aos saberes da cultura camponesa (KULESZA, 2008).

A organização de crianças e jovens autoidentificados como os “sem-terrinha” originou-se da experiência das mobilizações em torno de temas de natureza sociocultural, geralmente paralelos ou complementares às atividades escolares. No dia 12 de outubro, quando se comemora no Brasil o Dia da Criança, o MST celebra a data com atividades alternativas à mera entrega de presentes, promove encontros regionais e estaduais com crianças e jovens para, além de festejar, discutir e encaminhar as reivindicações do movimento, dentre as quais está a luta pela educação integral (KULESZA, 2008).

A atuação educacional do MST em escolas, em cursos técnicos e superiores consiste também em propiciar nestes espaços o diálogo acerca da cultura camponesa, da solidariedade e de conscientização para o trabalho e a militância vinculada aos princípios da luta pela terra. Nesse contexto, crianças e adolescentes participam ativamente das atividades do movimento, seja nos ambientes escolares realizando atividades vinculadas a experiências intelectuais e práticas, como o cultivo da horta na escola, o estímulo a ações coletivas e de auto-organização por parte das crianças (CORSO; PIETROBON, 2009), seja em mobilizações e eventos.

METODOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo consiste em uma revisão crítica da literatura, exploratória e descritiva (do tipo narrativa), a partir da pesquisa de artigos feita nos portais de periódicos eletrônicos de acesso livre, disponíveis nas bases eletrônicas: Scielo, Lilacs e Capes.

Optamos como estratégia de busca a utilização e/ou combinação das seguintes palavras-chave: Infância; adolescência; meio rural; campo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); campesinato; Sem-Terrinha; erradicação do trabalho infantil. Pesquisamos inicialmente 129 artigos, separados conforme a descrição pelas seguintes temáticas/quantidade de artigos encontrados: MST/84 artigos; Infância e adolescência ou campo/14 artigos; Campesinato/13 artigos; Erradicação e trabalho infantil/6 artigos; Trabalho infantil e meio rural/5 artigos; Saúde e trabalho infantil/5 artigos; Saúde rural e infância/2 artigos.

A fonte de pesquisa para tratar da abordagem científica dos referenciais bibliográficos foi o *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). As etapas para o procedimento analítico foram: leitura e resumo dos artigos; seleção dos textos a partir das leituras; leitura dos textos selecionados; sistematização da leitura de acordo com o objeto de estudo.

Selecionamos 18 artigos nos quais identificamos três tendências de análise, a saber: Análises comparativas entre infância e adolescência do/no meio rural e urbano; Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo; A vivência da infância e adolescência do/no MST.

PERCEPÇÕES DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MST NA LITERATURA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Infância e adolescência são noções dos sujeitos numa fase da vida que diferenciam em diversos contextos, momentos históricos e territórios. Para conhecer esses entendimentos é essencial considerar os aspectos subjetivos

e coletivos das socializações, as peculiaridades existentes entre as mais diversas regiões do país, os territórios rurais e urbanos, as diferenças de gênero, etnia, cultura e estratos sociais.

Neste estudo nos interessa destacar as singularidades expressas no cotidiano e na vida das famílias camponesas vinculadas à produção rural. A instituição das famílias camponesas se constitui como unidade afetiva e unidade de trabalho. Assim, na medida em que a socialização primária acontece na família, o trabalho é entendido como condição de reprodução da vida física e simbólica no seu dia a dia. O papel dos pais no exercício do trabalho reveste-se de uma função pedagógica indispensável, como um dever essencial que possuem para com os seus filhos (BRANDÃO, 1999; CALDART; PALUDO; DOLL, 2006).

Nessas relações, crianças e adolescentes participam do processo de organização das atividades e da produção, uma vez que, por iniciativa de seus pais ou espontaneamente, integram-se nas tarefas diárias, como atividades domésticas e agrícolas, entendidos como ajuda e, ao mesmo tempo, aprendizado. Nesses relacionamentos, ações e vivências, as crianças e jovens elaboram conceitos, atitudes, valores, comportamentos, aprendendo sobre si, sobre a vida e o mundo que as rodeiam (BRANDÃO, 1999).

Tendo em vista as questões assinaladas acima e considerando as diversas construções histórico-sociais dos sentidos de infância e de adolescência, as condições de vida das crianças brasileiras e suas múltiplas realidades na atual sociedade, identificamos na literatura examinada três tendências de estudos que serão descritas a seguir.

ANÁLISES COMPARATIVAS ENTRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO/NO MEIO RURAL E URBANO

Identificamos algumas pesquisas que analisam as diferenças entre os sentidos da infância e da adolescência no meio rural e urbano e relacionam as questões históricas e sociais a partir de análises comparativas entre os diversos contextos.

Na pesquisa de Santos e Chaves (2010) intitulada *Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças*, os autores identificam o conhecimento acerca dos direitos pelas crianças advindas de ambientes rurais e urbanas. O estudo, orientado pela psicologia sócio-histórica, teve a participação de vinte e uma crianças, com idade entre 9 e 12 anos. Sete crianças eram estudantes de uma escola particular urbana, sete, de uma escola pública urbana e as outras sete, de uma escola pública rural.

Os autores analisaram os direitos das crianças sob o ponto de vista das próprias crianças, a partir de entrevistas e imagens impressas, todas com base em alguns dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os principais direitos reconhecidos pelas crianças foram referentes à alimentação, à educação e ao brincar, que são direitos entrelaçados a significados de infância mais amplamente compartilhados.

Quanto à proibição do trabalho infantil, quatro crianças (sendo uma da escola particular, uma da escola pública urbana e duas da escola pública rural), ao invés de reconhecerem a proibição do trabalho, expressam a presunção do

direito de trabalhar. Uma das crianças da escola pública rural indica o trabalho como uma possibilidade de “ajudar” a mãe ou o pai, e a outra condiciona esse direito a uma autorização, restringindo-o a alguns a quem “o pai e a mãe deixam” trabalhar.

No artigo *Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*, os autores identificaram como as crianças e os adolescentes captam os sentidos sobre participação, cidadania, direitos e responsabilidades. Participaram do estudo estudantes de escolas públicas e privadas, em situação de rua e do MST. Esses últimos ressaltam que a ideia de ter uma casa ou um lugar para morar é um ponto de especial importância para as crianças do Movimento Sem Terra. Essas crianças veem-se como parte de uma comunidade que “está unida em prol de um objetivo único” (adolescentes do MST). No entanto, eles estão constantemente submetidos a brincadeiras ou provocações de colegas de turma por não terem uma casa (RIZZINI; THAPLIYAL; PEREIRA, 2007)

A pesquisa denominada *O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural*, de autoria de Martins, Trindade e Almeida (2003), analisa a forma como adolescentes de diferentes inserções sociais representam a adolescência e dão sentido ao período. A pesquisa contou com a participação de 360 adolescentes entre as idades de 14 a 23 anos: 180 (90 do sexo feminino e 90 do sexo masculino) residentes em região urbana, estudantes de escola particular, localizada em bairro considerado de classe média alta e alta, e 180 (90 do sexo feminino e 90 do sexo masculino) residentes em uma região rural e que estudam em escola agrotécnica pública.

Os autores destacam a pluralidade da adolescência: para os adolescentes da zona rural, a adolescência é experienciada diferentemente dos adolescentes da zona urbana, pois os compromissos com o trabalho e a vida adulta costumam chegar antes para os sujeitos que vivem no campo.

Nesse sentido, coadunamos com a afirmação de Moura (1988) quando relaciona o modo de vida camponês com o trabalho de crianças e adolescentes. Pois quando é comparada a participação ativa de uma criança camponesa, em tarefas que demandam esforço, atenção e responsabilidade, com a de uma criança da cidade, nascida numa família de classe média, são notáveis as diferenças, tanto no que se refere à idade em que são iniciadas as tarefas que demandam esses predicados quanto ao volume de trabalho a ela atribuído.

A relação entre trabalho infantil e meio rural foi apontado na pesquisa *O Tempo das Crianças*, de Neri e Costa (2002), que analisa os indicadores sociais das crianças relacionados aos determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil no Brasil. Os autores descrevem, a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), a alocação do tempo das crianças em termos nacionais permitindo diferenciar situações rurais das urbanas. Por exemplo, destacam que nas áreas rurais, 36% das crianças entre 10 e 14 anos no Brasil estavam trabalhando, enquanto nas áreas urbanas a taxa era de aproximadamente 8%. Pontuam questões relacionadas ao retorno da escolaridade e à necessidade de o Estado intervir no tempo das crianças,

pois o número de anos dentro da escola interfere diretamente sobre indicadores como crescimento econômico, mortalidade infantil, longevidade entre outros (NERI; COSTA, 2002).

Ainda com relação à categoria análise comparativa entre infância e adolescência do/meio rural e urbano, pudemos identificar alguns autores que relacionam saúde, doença e trabalho infanto-juvenil. Consideram o trabalho infantil e o trabalho perigoso, insalubre e penoso do adolescente como um problema de saúde coletiva e relacionam os danos para o crescimento e desenvolvimento saudável.

Os artigos *Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde e Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva* apontam para a importância da rede intersetorial para promover a saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos e os altos índices de trabalho infanto-juvenil no meio rural (MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, 1997; NOBRE, 2003).

Os autores relacionam o trabalho infantil às questões de ordem estrutural, que incidem sobre a vida das famílias, no contexto histórico-econômico e social vigente. Pontuam questões como: a precariedade das relações de trabalho; os altos índices de desemprego; a falta de uma política educacional integral; a concentração de renda; as dimensões de ordem simbólica cultural e ideológica, a exemplo do papel que a sociedade atribui ao trabalho, e a incipiente atuação e percepção do Sistema Único de Saúde (SUS) a respeito dessas questões.

POLÍTICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Kulesza (2008) afirma, no artigo *Reforma agrária e educação ambiental*, que a atuação educacional do MST está fortemente ancorada na realidade dos trabalhadores do campo e se desenvolve a partir da proposta da Pedagogia Dialógica de Paulo Freire. Valoriza os saberes da cultura camponesa e da agricultura de base familiar, coletiva e sustentável. O processo educativo busca transformar as estruturas, os processos escolares e a própria função da escola. Ressalta que a participação de crianças na luta pela reforma agrária nasce junto com o MST. Na história do Movimento, há uma série de relatos sobre a importância da presença e do comportamento das crianças em momentos decisivos da luta pela terra.

No texto *Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica*, de Maria Antônia de Souza (2008), a autora contextualiza a inserção da educação do campo na agenda política, destacando o papel da sociedade civil organizada; apresenta características da prática pedagógica nas escolas localizadas nos assentamentos de reforma agrária no estado do Paraná e descreve a produção acadêmica da pós-graduação em educação em relação ao tema educação e aos movimentos sociais do campo. Afirma que, ainda que haja avanços quanto à inserção da educação do campo na agenda política, o grande desafio está na formação de professores e nas condições infraestruturais das escolas do campo.

A VIVÊNCIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO/NO MST

A infância e a adolescência vivenciadas no MST são relatadas na pesquisa etnográfica *Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra*, de Correia, Giovanetti e Gouvêa (2007), desenvolvida com crianças moradoras de um acampamento do MST, em Minas Gerais.

O estudo relata o cotidiano das crianças em ações coletivas voltadas para a atividade do brincar e busca interpretar e elaborar os sentidos implicados nessa atividade e os sentidos dessa vivência. As crianças, por exemplo, brincavam de assembleia. Os discursos e as práticas dessas crianças mostram não apenas a importância do pertencimento a um movimento social organizado na estruturação de sua identidade, mas também indicam algumas especificidades da vivência no campo e o aprendizado com o trabalho na terra, também destacado pelas crianças em seus discursos.

As autoras citadas acima também destacaram outro espaço de sociabilidade e aprendizado relatado pelas crianças: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que foi visto pelas crianças como espaço de brincar, de fazer artesanato, de frequentar aulas de dança, natação, teatro, etc. Ao compararem os colegas do PETI com os colegas da escola, afirmaram que “lá os meninos gostam muito mais da gente”. Tal fala revela como o pertencimento à mesma camada social possibilitou uma convivência menos conflituosa, em comparação com os colegas da escola na cidade.

Foram também citados outros espaços próprios da luta do MST, propiciadores de uma experiência diferenciada da infância: encontros, assentamentos, visitas a outros acampamentos e marchas. Ao conhecerem um assentamento, estabeleceram comparação entre morar naquele espaço e morar no acampamento: “Cada família tinha seu pedaço de terra, plantações, escolas, casas de alvenaria, no lugar dos barracos de lona. Assim, opuseram a precariedade de sua(s) vivência(s) e a estabilidade desejada” (CORREIA; GIOVANETTI; GOUVÊA, 2007, p.149).

As viagens realizadas pelos filhos de militantes também merecem destaque, pois é uma experiência à qual não teriam acesso fora do Movimento e que lhes permitia conhecer outros universos sociais. “A construção da identidade daquelas crianças inscrevia-as num lugar social singular: de um lado, eram excluídas de uma série de benefícios, de outro, tinham vivências que seriam inacessíveis a sujeitos de sua classe social” (CORREIA; GIOVANETTI; GOUVÊA, 2007, p.153).

Questões semelhantes a essa são apontadas no artigo *A Infância no MST: um estudo sobre as concepções de infância presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*, de Corso e Pietrobbon (2009). As autoras realizaram uma pesquisa e análise documental do livro *O que queremos com as escolas dos assentamentos*.

Nesse artigo observa-se que, para o MST, a infância é entendida como direito, a criança é vista como sujeito, não é passiva, é crítica, cujo desenvolvimento deve ocorrer em um ambiente que gere experiências intelectuais e práticas. A infância é vista como um direito, mas um direito conquistado na luta, sendo que a luta pela terra é vista, contraditoriamente,

como meio para garantir a infância. Nos espaços de socialização estimula-se que as crianças e adolescentes aprendam a cuidar do corpo e da saúde e que expressem e cultivem os afetos a cada gesto. Investido também numa educação que desenvolva ações coletivas, e afirma a necessidade de auto-organização por parte das crianças, sendo um espaço que proporciona experiências intelectuais e práticas (CORSO; PIETROBON, 2009).

Identificamos também pesquisas que estudam concepções de saúde relacionadas ao Movimento. Por exemplo, a pesquisa de Fontoura Júnior *et al.* (2011) sobre as relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai. Os pesquisadores destacaram o trabalho infantil doméstico como algo que se tornou parte da rotina do trabalho rural.

É comum que meninas, muito cedo, tomem conta da casa ou cuidem de seus irmãos menores. É imposta às mulheres a responsabilidade precoce pelos ambientes domésticos. Por sua vez, aos meninos cabe a responsabilidade antecipada de trabalho na fazenda, onde aprendem o trabalho com os mais velhos (FONTOURA JÚNIOR *et al.*, 2011, p.381).

Selecionamos também os artigos sobre a saúde nutricional das crianças do MST, os artigos: *Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do "Movimento dos Sem-Terra", Porto Calvo, Alagoas* (FERREIRA *et al.*, 1997) e *Prevalência e distribuição espacial de parasitoses intestinais em assentamento agrícola na Amazônia rural, Acre, Brasil* (SOUZA, 2007). A partir de estudos epidemiológicos os autores pontuam questões relacionadas à situação de pobreza, à precariedade das condições de saneamento, ao pouco acesso a serviços de saúde.

A pesquisa *Crianças de um acampamento do MST: propostas para um projeto de educação infantil*, realizada por Sodré (2005), ratifica a questão da precariedade dos acampamentos e também relaciona as questões de saúde. Para atender à demanda de construção de um espaço educacional, a pesquisadora realizou um estudo com 23 crianças de quatro a seis anos, de um acampamento do MST. As crianças solicitaram os aspectos construtivos do projeto como telha, tijolo, lajota, lâmpada, banheiro, parede, calçada, torneira e janela. A autora destaca que há oito anos as famílias dessas crianças vivem em barracas de plástico preto e taipa. Posteriormente destacaram os elementos de diversão, brinquedos e atividades ou materiais pedagógicos (SODRÉ, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar os entendimentos na literatura acadêmica sobre a infância e adolescência no MST e a contribuição da saúde coletiva nessa relação a partir da análise dos artigos científicos que tratam deste tema. A partir da nossa pesquisa foi possível concluir que, com relação aos artigos pesquisados e de modo geral, a discussão sobre a infância e adolescência no MST está mais presente na literatura da área de Educação, pois foi nesse campo que identificamos um maior número de trabalhos. Por outro lado, nossa pesquisa identificou poucos estudos sobre infância e adolescência no meio rural sob a ótica da saúde coletiva que considerassem as experiências concretas das crianças, suas especificidades inscritas no

universo simbólico do campesinato, seu pertencimento social e cultural no interior de um movimento social.

Considerando as diversas construções histórico-sociais dos sentidos de infância e de adolescência, as condições de vida das crianças brasileiras e as suas múltiplas realidades na atual sociedade, identificamos na literatura examinada as três tendências de estudos descritas anteriormente: “Análises comparativas entre infância e adolescência do/no meio rural e urbano”; “Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo”; e, finalmente, “A vivência da infância e adolescência do/no MST”.

Essas tendências, de acordo com os artigos citados anteriormente, retratam as diferenças entre os sentidos da infância e da adolescência no meio rural e urbano e relacionam as questões históricas e sociais a partir de análises comparativas entre diversos contextos. Destacam os principais direitos reconhecidos pelas próprias crianças referentes à alimentação, à educação e ao brincar, e também tratam da proibição do trabalho infantil, da presunção do direito de trabalhar para “ajudar” a mãe ou o pai, ou das restrições ou liberdades de alguns que “o pai e a mãe deixam” trabalhar. Temos também a percepção de como as crianças e os adolescentes captam os sentidos sobre participação, cidadania, direitos e responsabilidades, trazendo a ideia de ter uma casa ou um lugar para morar como ponto essencial para as crianças do Movimento Sem Terra, pois são crianças que se percebem como parte de uma comunidade que “está unida em prol de um objetivo único”, destacando que, para os adolescentes da zona rural, a adolescência é vivida de modo diferente dos adolescentes da zona urbana, pois os compromissos com o trabalho e a vida adulta costumam chegar antes para essas crianças.

Essa diferença vai se refletir nos indicadores sociais e nos determinantes macroeconômicos da repetência, da evasão escolar e do trabalho infantil no Brasil, pois o número de anos dentro da escola interfere diretamente sobre indicadores como crescimento econômico, mortalidade infantil e longevidade, tornando o trabalho infanto-juvenil perigoso, insalubre e penoso para os adolescentes, constituindo-se como um grave problema de saúde coletiva que pode trazer consequências para o crescimento e o desenvolvimento de um adulto saudável.

Foi possível perceber também que a atuação educacional do MST está fortemente ancorada na realidade dos trabalhadores do campo e se desenvolve a partir da proposta da Pedagogia Dialógica de Paulo Freire, que valoriza os saberes da cultura camponesa e da agricultura de base familiar, coletiva e sustentável, transformando as estruturas, os processos escolares e a própria função da escola.

Nesses diferentes trabalhos, percebemos que, para o MST, a infância é entendida como direito e a criança é vista como sujeito ativo e crítico, e seu desenvolvimento deve ocorrer em um ambiente que gere experiências intelectuais e práticas. A infância é vista como um direito, e o processo educacional deve desenvolver ações coletivas que proporcionem experiências intelectuais e práticas que afirmem a necessidade de auto-organização por parte das crianças.

Consideramos, então, que o MST promove a saúde no sentido de que seus integrantes, mesmo vivendo sob as precárias condições econômicas, lutam por condições dignas de existência para si e para os outros a partir do engajamento e pertencimento ao coletivo; atuam politicamente na construção da cidadania; lutam pelos direitos civis; enfrentam preconceitos e desigualdades; reivindicam educação de qualidade e trabalham pela afirmação da dignidade humana.

Vale destacar também que, na maioria das pesquisas, há relatos da precariedade dos assentamentos/acampamentos do MST. Nessa ótica, entendemos que a saúde dos indivíduos e do coletivo está relacionada às condições materiais de vida, pois as condições precárias de habitação e de condições de trabalho, e a fome, entre outros aspectos, prejudicam o desenvolvimento e o bem-viver das pessoas.

Pelo que pudemos constatar o Movimento valoriza o momento e a vivência da infância e adolescência e seus aspectos dinâmicos; identificam e diferenciam a partir de sua identidade singular: os sem-terrinha.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo, SP. Boitempo, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. Ed. rev. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Org.). **Como se formam os sujeitos do campo?**: Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARTA CAPITAL. Reforma Agrária: Levantamentos revelam que os gastos com distribuição de terras caem a cada governo petista, enquanto a concentração se mantém como na ditadura. São Paulo: Carta Capital, n. 657, 2011.
- CHAÚÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- CORSO, Rosane Frankiu; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. A Infância no MST: um estudo sobre as concepções de infância presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, 9., 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2477_1116.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- CORREIA, Luciana Oliveira; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.46, p.143-166, dez. 2007.
- FERREIRA, Haroldo da Silva *et al.* Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do "Movimento dos Sem-Terra", Porto Calvo, Alagoas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.137-139, jan.-mar. 1997.
- FONTOURA JÚNIOR, Eduardo Espíndola. et al. Relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, nov. 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Reforma agrária e educação ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.89, n.222, p.295-311, maio-ago. 2008.

- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.12, p.57-67, jan.-jun. 2008.
- MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.16, n.3, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política - Livro 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MINAYO-GOMEZ, Carlos; MEIRELLES, Zilah Vieira. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.13 (Supl. 2), p.135-140, 1997.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.
- NERI, Marcelo Cortes; COSTA, Daniela Ribeiro. O Tempo das Crianças. **Ensaio Econômico da EPEGE**, Rio de Janeiro, n.468, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/532/1316.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 22 out. 2012.
- NOBRE, Leticia Coelho da. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.4, p.963-971, 2003.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.7, p.35-47, jul.-dez. 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.
- RIZZINI, Irene; THAPLIYAL, Nisha; PEREIRA, Luciléia. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. **Revista Katál**, Florianópolis, v.10, n.2 p.164-177, jul.-dez. 2007.
- SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antonio Marcos. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.14, n.2, p.281-290, 2010.
- SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. Crianças de um acampamento do MST: propostas para um projeto de educação infantil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.10, n.2, p.181-189, 2005.
- SOUZA, Estéfano Alves de *et al.* Prevalência e distribuição espacial de parasitoses intestinais em assentamento agrícola na Amazônia rural, Acre, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.427-434, fev. 2007.
- SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n.105, p.1089-1111, set.-dez. 2008.
- STOTZ, Eduardo Navarro. A "questão agrária e a saúde pública": considerações em torno de uma crítica ao neoliberalismo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, n.1, p.15-17, 2007.
- STOTZ, Eduardo Navarro. **Memória Social sobre Saúde e Ambiente; um Projeto de Pesquisa-Ação com Agricultores familiares de Sumidouro - RJ**. Relatório Final de Pesquisa Apresentado ao CNPq. 2008.

Data da submissão: 17/12/2012
Data da aprovação: 09/05/2013